

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDO SUPERIOR DO PIAUÍ - ICESPI

LICENCIATURA EM FILOSOFIA

Ronildo Adones Vieira

**FUNDAMENTOS DO CONCEITO DE LIBERDADE EM ARISTÓTELES, HOBBS
E SARTRE.**

Teresina
2014

RONILDO ADONES VIEIRA

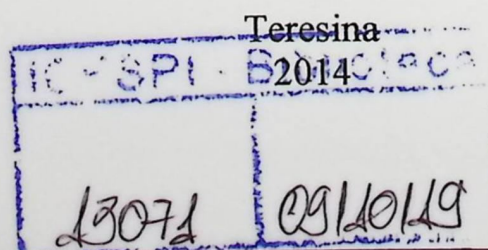
FUNDAMENTOS DO CONCEITO DE LIBERDADE EM
ARISTÓTELES, HOBBS E SARTRE.

FUNDAMENTOS DO CONCEITO DE LIBERDADE EM
ARISTÓTELES, HOBBS E SARTRE.

Monografia apresentada ao Instituto Católico de
Estudos Superiores do Piauí – ICESPI - como
requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof. Ms. Pe. José de Anchieta Arrais
de Carvalho.

cod. 5813
100
16571
Ex. 01



Ronildo Adones Vieira

**FUNDAMENTOS DO CONCEITO DE LIBERDADE EM
ARISTÓTELES, HOBBS E SARTRE.**

Monografia apresentada ao Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI - como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof. Ms. Pe. José de Anchieta Arrais de Carvalho.

Aprovado com conceito _____

Teresina - PI, _____ de _____ de 2014

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Examinador (a) 1

Examinador (a) 2

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a minha família pela fé e confiança demonstrada.

Aos meus amigos pelo apoio incondicional.

Aos professores pelo simples fato de estarem dispostos a ensinar.

Aos orientadores pela paciência demonstrada no decorrer do trabalho.

Enfim a todos que de alguma forma tornaram este caminho mais fácil de ser percorrido.

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom Deus, pelo dom da vida e da inteligência.

A minha mãe, pela coragem heroína (in memória).

Ao meu orientador, pela paciência sempre constante.

E a todos que de alguma forma deram sua parcela de contribuição para conclusão de meu curso.

Não basta a leitura sem a reflexão,
Não basta a experiência sem a observação,
Não basta a pesquisa sem a interpretação,
Não basta a observação sem o método,
Não basta o trabalho sem a produtividade,
Não basta a ciência sem a criatividade,
Não basta a inteligência sem a humildade,
Não basta o estudo sem a prática.

(São Agostinho)

RESUMO

A liberdade existencial de Sartre tem por objetivo visar a liberdade humana de sua própria existência no mundo. O tema da liberdade é o eixo central do pensamento sartreano e que permeia todo o seu trabalho. Sartre rejeita todo determinismo e mesmo qualquer forma de condicionamento. Assim, a liberdade existe sendo afetada por ser negada a existência de Deus. Com isso, o homem torna-se responsável pelas suas próprias ações. O seu livro *Para nada, esse trabalho faz uma reflexão e parte da existência, trata sobre uma breve análise de sua "O Ser e o Nada" de Jean-Paul Sartre e abordar a concepção de liberdade defendida por esse autor.*

PALAVRAS-CHAVE: *Sartre, Existência, Dilema, Liberdade.*

Não Basta a leitura sem a unção,
Não basta a especulação sem a devoção,
Não basta a pesquisa sem maravilhar-se;
Não basta a circunspecção sem o júbilo,
Não basta o trabalho sem a piedade,
Não basta a ciência sem a caridade,
Não basta a inteligência sem a humildade,
Não basta o estudo sem a graça.

(São Boaventura)

RESUMO

A filosofia existencial de Sartre tem por objetivo tornar o homem consciente de sua própria existência no mundo. O tema da liberdade é o núcleo central do pensamento sartriano e que resume toda a sua doutrina. Sartre recusa todo determinismo e mesmo qualquer forma de condicionamento. Assim, a liberdade acaba sendo absoluta por ser negada a existência de Deus. Com isso, o homem toma-se responsável pelas suas próprias ações. O ato livre. Para tanto, este trabalho faz uma reflexão a partir da existência, bem como uma breve análise da obra "O Ser e o Nada" de Jean-Paul Sartre e externar a concepção de liberdade defendida por este autor.

PALAVRAS-CHAVE: *Sartre. Existência. Ação. Escolha. Liberdade.*

ABSTRACT

The existential philosophy of Sartre aims to behold the man conscious of his own existence in the world. The theme of freedom is the core of Sartre's thought and that sums up his whole doctrine. Sartre refused all determinism and indeed any form of conditioning. Thus, freedom ends up being absolute by being denied the existence of God. With that, the man becomes responsible for his own actions. The free act. Therefore, this work is a reflection from existence, as well as a brief review of the book " Being and Nothingness " by Jean -Paul Sartre and express the concept of freedom advocated by this author .

Keyword: Sartre - Existence action- choice- Liberty.

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO.....	9
2Relevâncias acerca da Filosofia Existencial de Sartre.....	11
2.1 O Filho de um Tempo Sombrio.....	11
2.2 O Encadeamento das Idéias da obra: "O Ser e O Nada".....	12
2.3 A Filosofia Existencial de Sartre.....	16
3A Contextualização do Conceito de Liberdade na Filosofia.....	18
3.1 A Liberdade no pensamento aristotélico.....	18
3.2 Thomas Hobbes e a noção de Liberdade.....	20
4A Compreensão de Liberdade na obra "O Ser e O Nada".....	24
4.1 A Condição Primordial da Ação: Liberdade.....	24
4.2 Liberdade e Responsabilidade.....	28
5CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a fazer comentários sobre os contornos conceituais da Liberdade vista a partir da obra: "O Ser e o Nada" de Sartre. Não é tarefa fácil discorrer sobre o tema da liberdade. Dar conta de entender a liberdade fora do seu aspecto formal exige um olhar fora dos contornos legais para perscrutar aquilo que é permitido ou não ao homem, ou seja, de que forma ele pode agir sem que seja formalmente impedido. O homem pode decidir sair de casa cedo para ir à rua comprar seu jornal, tomar seu café ou até mesmo não fazer alguma coisa objetiva, podendo simplesmente andar.

Vamos percorrer então os pontos da filosofia de Jean-Paul Sartre sobre a idéia do homem existencialista e sua liberdade. Como isto se manifesta em confronto com a existência dos outros e como as escolhas, por mais diferentes e condicionais vão de forma afirmativa comprovar que a liberdade está sempre presente na consciência do acontecimento da vida humana.

O termo liberdade desde os gregos tem seus contornos numa conotação fortemente política e jurídica, sem ligações subjetivas com as idéias de ato voluntário em oposição ao ato involuntário. Na filosofia moderna a liberdade vai aparecer em referência ao mundo externo e ao serviço, significando a possibilidade de fazer o que se quer passando a liberdade a aparecer como exteriorização da vontade. Nasce então a noção de liberdade de consciência.

Em nossos dias, o que se nota de maneira explícita na sociedade contemporânea em que vivemos é uma forte presença de um subjetivismo abastado onde o importante é o "eu" de, cada um e nada, além disso.

Sartre coloca a questão da liberdade como o agir do ser humano a partir daquilo que ele determina por si mesmo, sem levar em consideração nenhuma "força" além de sua natureza humana, como por exemplo, Deus. O homem deve tomar-se responsável pelos seus próprios atos.

Os valores do ser humano por mais que tenham por finalidade orientar e formar sua conduta, acabam por não fazê-la, justamente por o homem se colocar como o soberano de si. Isso é algo notável das gerações presentes e até mesmo daquelas mais experientes. O que se ensina no mundo afora é que as regras na maioria das vezes existem para ser quebradas, afinal, quem pode impedir alguém de fazer alguma coisa? Quem é dono de quem? Por eu ser adulto, será que não tenho a capacidade de definir meu próprio destino?

A liberdade é tida como a realização de um desejo que o homem traz consigo desde os

primeiros dias de vida, que se aflora à medida que o mundo vai sendo apresentado à sua natureza humana. O que não significa dizer que o indivíduo toma-se "dono do mundo". Esta é simplesmente uma idéia que é inculcada em sua mente para que o mesmo possa alimentar em si o desejo de ser independente. A primeira providência a ser tomada pelos próprios pais é fazer com que os filhos se tomem sujeitos de sua história, não importando o que eles façam; eles já são adultos o suficiente para saber discernir entre o certo e o errado. Resta saber se o que este considera como correto é àquilo que lhe apraz, que satisfaz seu ego fazendo do outro um ser inútil e sem importância.

2 RELEVÂNCIAS ACERCA DA FILOSOFIA EXISTENCIAL DE JEAN-PAUL SARTRE

2.1 O filho de um tempo sombrio

Nascido aos vinte e um de junho de 1905, em Paris, Jean-Paul Charles Aymard Sartre foi um filósofo existencialista do início do séc. XX. Sendo órfão de pai desde os dois anos, Sartre sofreu influências por parte de sua mãe Anne-Marie e de seu avô Charles Schweitzer, que o iniciou na literatura clássica desde cedo. Fez seus estudos secundários em Paris, no Lycée Henri IV, onde teve a graça de conhecer Paul Nizan. Desde 1922 a 1924, estudou no curso preparatório do Lycée Louis-le-Grand. Nessa época despertou seu interesse pela filosofia, influenciado pela obra de Henri Bergson. Em 1924, ingressou na École normale Supérieure, onde conheceu, em 1929, Simone de Beauvoir que se tornaria sua companheira e colaboradora até o fim de sua vida.

Sartre e Beauvoir não formavam um casal comum de acordo com padrões da época. Ambos possuíam amantes, e partilhavam confidências sobre suas relações com outros parceiros. Esse modo de vida violava os valores da tradicional sociedade francesa, que se escandalizou com essa relação.

De 1936 a 1939, ele ensina em Havre, Laon e Paris. Em 1939 se engaja no exército, francês e serve na Segunda Guerra Mundial como meteorologista. Em Nancy, é aprisionado no ano de 1940 pelos alemães e permanece na prisão até 1941. Ao retomar a Paris torna-se aliado da resistência francesa conhece e torna-se em seguida amigo de Albert Camus. A amizade entre os dois perdurara até o ano de 1952, quando os dois rompem a relação publicamente devido à publicação do livro de Camus "O homem revoltado" no qual este ataca de maneira crítica o Stalinismo. Sartre defendia uma relação de colaboração crítica com o regime da União Soviética (URSS) e permitiu a publicação de uma crítica desastrosa sobre o livro de Camus em sua revista "*Les temps modernes*" e que foi a gota d'água para o fim da relação de amizade. Mesmo assim, Sartre o admirará até o final da vida.

Sua participação na resistência não é aceita por todos, e o filósofo Vladimir Jankélévitch o reprova por falta de engajamento político durante a ocupação alemã, e vê em seus posteriores combates em prol da liberdade uma tentativa de se redimir por esta atitude. Em 1945, ele cria e passa a dirigir junto a Maurice Merleau-Ponty a revista *Les temps modernes*, onde são tratados mensalmente os temas referentes à literatura, filosofia e política.

Além das contribuições para a revista, Sartre escreve neste período algumas de suas obras literárias mais importantes. Sempre encarando a literatura como meio de expressão de suas crenças filosóficas e políticas, escreve livros e peças teatrais que tratam a respeito das escolhas que os homens tomam frente às condições que lhes são postas.

No período mais difícil de sua carreira, escreve ainda várias peças de teatro e ensaios. Na década de 1950, assume uma postura política mais atuante, e abraça o comunismo. Torna-se ativista, e posiciona-se publicamente em defesa da libertação da Argélia do colonialismo francês. Ao escrever sua segunda obra de grande porte, apresenta uma idéia do existencialismo que ele julgava resolver as contradições entre as escolas marxistas e existencialistas.

Considerado por muitos como o símbolo do intelectual engajado, Sartre adaptava sempre sua ação às suas idéias, e o fazia sempre com ato político. Em 1963, Sartre escreve *Les Mots*, relato autobiográfico que seria sua despedida da literatura. Após dezenas de obras literárias, ele conclui que a literatura funcionava como um substituto para o real comprometimento com o mundo. Em 1964 vence o prêmio Nobel de literatura, que ele recusa, por acreditar na tese de que nenhum escritor pode ser transformado em instituição.

Morre em quinze de abril de 1980 no Hospital de Broussais (Paris). Seu funeral foi acompanhado por mais de cinquenta mil pessoas. Está enterrado no cemitério de Montparnasse em Paris.

2.2 O encadeamento das ideias da obra: "O Ser e o Nada"

Por meio desta obra, Sartre faz a mais completa e sistemática exposição de sua filosofia. Consagrada como sua obra magna, vem caracterizada com um difícil texto, técnico, mas que é a summa do pensamento sartriano. Possuindo o subtítulo de ensaio de ontologia fenomenológica, assinala o intuito essencial ontológico e metódico da fenomenologia transformado profundamente pela perspectiva existencial, em que a "consciência" se torna a substituta do termo existência da filosofia clássica.

A ontologia de Jean-Paul Sartre apresenta duas características fundamentais: uma referindo-se ao mundo do em-si; o outro, ao mundo do para-si ou da consciência.

O ponto de vista que traz consigo como ponto de partida é a questão da liberdade. Tendo como meta destruir a idéia de uma necessidade que fosse exterior a nós, derivado de uma estabilidade de coisas. Segundo Sartre, "os indivíduos não são dependentes de um caráter

determinado, do qual se originariam todos os outros". (JOLIVET, 1968. p. 22)

O princípio que permeia sua existência está centrada numa opção profunda, gratuita, pela qual eles se escolhem de modo absoluto. Relacionados à liberdade, são possíveis duas posições: resistir a certa impressão e realçá-los como o fazem os chamados "normais", ou entregar-se de todo a eles, para recomeçar, livre de toda natureza ou qualquer determinação imposta, assumindo esta liberdade.

O em-si, revelação específica da náusea, é o próprio ser, maciço, opaco, tenebroso e impostado de si mesmo. Dele nada mais se pode dizer senão que é, porque não comporta absolutamente nenhuma relação, nem interna, nem externa.

A consciência é revelação revelada dos existentes, e estes comparecem a ela fundamentada pelo ser que lhes é próprio. Mas a característica do ser de um existente é não se revelar a si, em pessoa, à consciência:

não se pode despojar um existente de seu ser; o ser é o fundamento sempre presente do existente, está nele em toda parte e em parte alguma; não existe ser que não seja ser de alguma maneira ou captado através dessa maneira de ser que o manifesta e encobre ao mesmo tempo. (SARTRE, 1997. p. 35)

O sentido do ser existente, na medida em que se revela à consciência, é o fenômeno do ser. Este tem um ser que fundamenta aquilo que se manifesta.

Sartre explicita que a visão do fenômeno de ser é obscurecido por um preconceito o qual ele denomina "criacionismo". E fundamenta sua tese preconceituosa para dizer que "Deus havia dado o ser ao mundo, e o ser permanecia sempre afetado por certa passividade. A teoria da criação contínua faz o ser desvanecer-se na subjetividade divina. Se existe frente a Deus o ser e sua própria sustentação e não conserva o mesmo vestígio de criação divina.

A partir desta afirmação, dizemos que o ser é incriado. Mas se deve concluir que o ser cria-se a si, pois isso faria supor-se anterior a si mesmo. O ser não pode ser causa sui à maneira da consciência. O ser é em-si mesmo. Significa que não é possibilidade nem atividade.

O para-se, eu consciência, é próprio da realidade humana para-si, consciência, espírito, existência e realidade humana são quase sinônimos. É a consciência que vai definir a existência e a realidade humana, por que só o homem "existe", fazendo-se existir. As coisas são, mas não existem. A consciência nasce de uma descompreensão do ser ou do em-si, isto é, daquela falha do nada ou fissura no seio de maciez. É pela consciência que o nada se introduz no ser, nele determinando o vazio.

A consciência é um fato, mas tão injustificável como tudo o mais e igualmente absurdo. O para-si é necessário para se estabelecer a si mesmo. Mas o para-si como existência particular não passa de um fato puro e simples, enquanto este para-si, poderia não ser. O para-si consciente de sua facticidade tem em relação a si o sentimento de ser completamente gratuito, de estar *ai*, ser razão e, também ele, para sempre.

O problema do outro em Sartre articula-se com o problema do corpo. Este, de fato pertence ao conhecido. Deste modo, é impossível atribuir ao corpo o conhecimento,

Por que o supõe e porque o corpo tem por característica essencial ser conhecido-por-outro, de forma que aquilo que apreendo, de meu corpo me remete ao outro e ao ser que sou para o outro, fazendo-me descobrir uma maneira de existir, que denominamos ser-para-outro e que a realidade humana aparece sempre, a um só tempo, como para-si-para outro. (JOLIVET, 1968. p. 10)

O outro é o mediador indispensável entre mim e mim mesmo: sinto vergonha de mim tal como apareço ao outro. E pela aparição mesmo do outro, estou em condições de formular sobre mim um juízo igual ao juízo sobre um objeto, pois é como objeto que apareço ao outro. Reconheço que sou como o outro me vê por meio da vergonha, que é caracterizada como o reconhecimento. E isso não se trata de uma comparação entre o que sou para mim e o que sou para o outro, como se eu encontrasse em mim, ao modo de ser do para-si, um equivalente do que sou para o outro.

A vergonha é um arrepio imediato que me percorre da cabeça aos pés sem qualquer preparação discursiva. Depois, tal comparação é impossível: não posso relacionar o que sou, na intimidade sem distância, sem recuo, sem perspectiva, do Para-si, com este ser injustificável e Em-si que sou para o outro. (SARTRE, 1997. p. 290)

O ser que aparece para o outro não reside no outro, o eu sendo responsável pelo outro como bem demonstra o sistema educativo que consiste em "envergonhar" as crianças pelo que são. E se quisermos captar em sua totalidade a relação do ser do homem com o ser-Em-si, devemos responder às perguntas sobre a existência do outro e a minha relação de ser com o ser do outro.

A aparição do outro na minha experiência manifesta-se pela presença de formas organizadas, tais como a mímica e a expressão, os atos, e as condutas. Estas formas, por sua vez remetem a uma unidade organizadora que se situa por princípio, fora de nossa experiência. O outro, como unidade sintética de suas experiências como vontade, tanto como paixão, vem organizar minha experiência. O outro só pode aparecer organizando nossa

experiência de modo contraditório: havia nesse caso superdeterminação do fenômeno. O outro não é um fenômeno que remete à minha experiência, mas refere-se por princípio a fenômenos situados fora de toda experiência possível para mim. Desse modo, o conceito de outro permite descobertas e previsões no âmago de meu sistema de representações, uma compreensão da trama dos fenômenos: graças à hipótese dos outros, posso prever esse gesto a partir de tal expressão. O conceito de outro não é puramente instrumental longe de existir para servir à unificação dos fenômenos, pode-se dizer, que certas categorias de fenômenos parecem existir somente para ele. A existência de um sistema de significações e experiências radicalmente distinto do meu é o marco fixo indicado, em seu próprio fluxo por séries diversas de fenômenos. Este outro cuja relação não podemos captar e que jamais é dado, nós o constituímos como objeto concreto:

não é o outro o instrumento que serve para prever um acontecimento de minha experiência, mas os acontecimentos de minha experiência é que servem para constituir o outro enquanto outro, ou seja, enquanto sistema de representações fora de alcance, como objeto concreto e cognoscível. O que encaro constantemente através de minhas experiências são os sentimentos do outro, as idéias do outro, as volições do outro, o caráter do outro. O outro não é aquele que vejo, mas aquele que me vê. (SARTRE, 1997. p. 297)

Sartre é conhecido como o filósofo da liberdade por defender um tipo de liberdade em que o homem já nasce livre. A teoria dos valores de Sartre é um esforço para atingir a pureza do valor, uma concepção na qual o valor aparece como independente de todo conteúdo axiológico, de tal modo que a liberdade o possa construir e fazer existir sem nenhuma razão exterior à escolha que ela faz. O valor só pode revelar-se a uma liberdade ativa que a faz existir enquanto valor pelo simples fato de reconhecê-lo como tal. Daí que a liberdade do indivíduo é o fundamento dos valores e que nada o autoriza de adotar qualquer tipo de valor. O valor recebe o ser de sua exigência e não sua exigência de seu ser. Para Sartre, a liberdade é um atributo ou propriedade da vontade, a qual, não passa de um nome com que se designa o apetite do bem racional. Passando a existir somente como adjetivo.

A liberdade é vista como uma possibilidade permanente da nulificação do mundo que é a própria estrutura da existência. Não é um arbítrio ou capricho momentâneo do indivíduo, pois radica a própria existência na sua mais íntima estrutura. Um existente que está separado de todos os outros, um existente que se decide do seu passado, sob forma de tradição, à luz de seu futuro, em vez de deixá-lo pura e simplesmente determinar o seu presente, um existente que se perspectiva através de algo distinto de si, isto é, de um fim que não é, e que ele projeta

no outro lado do mundo, eis aquilo, a que chamamos um existente livre. É evidente que a liberdade não se refere tanto aos atos e às volições particulares como ao projeto fundamental em que eles se encontram compreendidos, o qual constitui a possibilidade última da realidade humana, a sua escolha originária. O projeto original deixa sem dúvida certa margem de contingências às volições e aos atos particulares, mas a liberdade originária é aquela que é inerente à escolha do próprio projeto. E é uma liberdade incondicionada.

2.3 A filosofia existencial de Sartre

O existencialismo de Sartre é um projeto ambicioso, pois visa à interpretação total do mundo. Baseado na fenomenologia de Husserl e em "Ser e Tempo" de Heidegger, o existencialismo sartreano procura explicar todos os aspectos da experiência humana.

Em uma perspectiva fenomenológica e existencialista, o mundo é repleto de seres em-si. Este em-si podendo ser estudado como algo existente no mundo e que possui uma essência definida. Para criá-lo, parte-se de uma idéia que é caracterizada, e o objeto construído enquadra-se nessa essência prévia. Um ser "em-si" não tem potencialidades nem consciência de si ou do mundo. Ele apenas é. Os objetos do mundo apresentam-se à consciência humana através de suas manifestações físicas.

A consciência é um tipo diferente de ser por possuir conhecimento a seu próprio respeito e a respeito do mundo. O Para-si não é uma essência definida. Ele não é resultado de uma idéia pré-existente. Como o existencialismo sartreano é ateu, ele não admite a existência de um Criador que tenha pré-determinado a essência e os fins de cada pessoa. É preciso que o "para-si" exista de maneira mais explícita, para definir o que é sua essência. Cada pessoa só tem como essência imutável, aquilo que já viveu. Posso saber que o que fui se definiu por alguma característica ou qualidades, bem como pelos atos que já realizei, mas tenho a liberdade de mudar minha vida deste momento em diante. Podemos afirmar que nem seu passado é um em-si, possui uma essência conhecida, mas que essa essência não é pré-determinada, só existe no passado. Por isso, se diz que no existencialismo a existência precede a essência.

O principal da filosofia existencial de Sartre é o fato de negar por completo o determinismo. Afinal de contas, não é Deus, nem a natureza, tampouco a sociedade que nos define, o que realmente define por completo o que somos é a nossa conduta. Somos o que queremos ser, o que escolhemos ser, e sempre podemos mudar o que somos. É nossa

liberdade que irá definir. Os valores morais não são limites para a liberdade.

A liberdade dá ao homem o poder de escolha, mas está sujeito às limitações do próprio homem. Esta autonomia de escolha é limitada pelas capacidades do ser. Para Sartre, estas limitações não diminuem a liberdade, são elas que tornam essa liberdade possível, por que determinam nossas possibilidades de escolher, e impõe, na verdade, uma liberdade de eleição da qual não se pode escapar.

O autor nega a existência de uma suposta essência humana, (pré-concebida), seja ela boa ou ruim. As nossas escolhas cabem somente a nós mesmos, não havendo fator externo que justifique nossa ação. O responsável pelas ações do homem é o próprio homem. Neste sentido, o existencialismo sartriano concede importante relevo à responsabilidade: cada escolha carrega consigo a obrigação de responder pelos próprios atos, um encargo que toma o homem o único responsável pelas conseqüências de suas decisões. Mas, cada uma dessas escolhas provoca mudanças que não podem ser desfeitas de forma a modelar o mundo com seu projeto de vida pessoal. Diante das escolhas que fez, o homem não se toma apenas responsável por si, mas pela humanidade. A responsabilidade aqui relatada é causa da angústia dos existencialistas. Angústia essa que decorre da consciência do homem de que são as escolhas que irão definir a sua essência, e que essas podem afetar o próprio mundo. A angústia vem da consciência da liberdade e da responsabilidade de usá-la de forma adequada.

Sartre não restringe a justificação da angústia como fruto da consciência de sua responsabilidade, mas acusa como má-fé, no tocante a este aspecto, é uma defesa contra a angústia criada pela consciência da liberdade, que nos faz afastar do projeto pessoal e cairmos no erro de atribuir nossas escolhas a fatores externos, como Deus, os astros, o destino, o outro. Para os demais existencialistas, a má-fé significa o auto-engano, ou a crença de que nosso destino está traçado. Acreditar em determinismos e negar a liberdade absoluta, bem como a necessidade de escolher, eis aí a atitude de má-fé. Sendo indispensável para o homem abandonar a má-fé, passando então à consciência da responsabilidade de suas escolhas. Ao tomar esta atitude, o homem passa a viver num estado de angústia, deixando de se enganar, mas em compensação retoma sua liberdade em seu sentido mais pleno.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONCEITO DE LIBERDADE NA FILOSOFIA

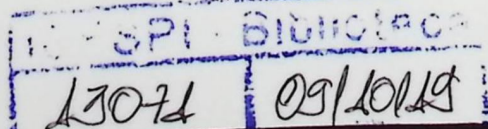
3.1 - A Liberdade no pensamento aristotélico

A primeira expressão de Liberdade absoluta, incondicional e sem limitações surgiu em Aristóteles. Esta concepção de Liberdade admite como livre o que é causa de si mesmo. Desta forma, dizer que o Homem é livre, significa dizer que ele é a causa das coisas sobre as quais atua de forma livre e consciente. Aristóteles engloba, assim, o espírito humano e os atos do Homem no conjunto de fatores causadores de acontecimentos. Assim, tanto a virtude como o vício dependem do Homem, pois, ao contrário dos animais, ele faz a distinção do bem e do mal, do justo e do injusto. Tem, por isso, a possibilidade de escolher: no que diz sim, também pode dizer não. Aristóteles defende que, da mesma forma que uma boa ação depende de nós, também dependerá de nós não realizá-la. Apesar disto, considerou que se o homem conhecer o bem deve atuar de acordo com ele, pelo que predominará sempre a atuação livre por parte do Homem a favor do bem: "o fim e o bem coincidem." (ABBAGNANO, 1981 p. 232).

Segundo Aristóteles, a ação moral do Homem implica liberdade da vontade (uma ação voluntária) e liberdade de escolha livre arbítrio (com a existência de uma escolha). Aristóteles defende a existência destas duas formas de Liberdade, em estreita ligação, visto que sem uma escolha, a Liberdade não seria livre, tal como a escolha não seria possível se a vontade não fosse livre.

Só quem tem em si mesmo o próprio princípio, o agir ou o não agir, depende de si mesmo; a análise aristotélica do voluntarismo das ações recorre ao conceito da liberdade infinita: voluntário é aquilo que é princípio de si mesmo. Aristóteles admite, assim, o homem como livre, pois é o princípio dos seus atos ou é o princípio de si próprio (ABBAGNANO, 1981. p. 233), uma vez que delibera sobre os assuntos que dependem dele ou que possam ser por ele realizados, colocando em causa a nossa faculdade de deliberação sobre todos os temas, se tudo é objeto de deliberação, ou se, em certos casos, a deliberação não intervém. Assim, da mesma forma que delibera sobre questões relacionadas com medicina, negócios, política, acontecimentos que se executam por ele, a faculdade deliberante do Homem não incide sobre acontecimento regulares da Natureza ou conhecimentos precisos. Os temas referidos sobre os quais o Homem delibera eram aspectos de grande relevo na vida do cidadão ateniense.

Desta forma, cada Homem delibera sobre o que crê ter de fazer. A sua faculdade deliberante incide sobre os fatos comuns. Aristóteles realça que só um homem sensato pode



deliberar e nunca um ser estúpido ou um louco furioso. Da mesma forma, só pode ser objeto de deliberação aquilo sobre o que um homem sensato pode deliberar.

Aristóteles defende ainda o ideal de "autonomia", procura coordenar a ordem natural e a ordem moral mediante a noção de finalidade. Sendo o Homem o princípio dos seus atos, estes serão um meio para que ele atinja os seus fins, são os objetos da vontade, e os meios para atingi-los são o objeto da deliberação e da escolha que fazemos. Caso o Homem pretenda ser justo, agirá tendo em vista esse fim: praticará a justiça. Desta forma, Aristóteles acredita que das pessoas honestas só se consegue honestidade. Assim, o Homem, ao agir, fará escolhas refletidas, realizando os seus atos com uma vontade firme e imutável. As suas escolhas não consistem na deliberação sobre os fins, mas principalmente acerca dos meios para alcançar esses fins.

Para Aristóteles, da mesma forma que os processos têm um fim, também o Homem tenderá para um fim: a felicidade. Aristóteles acreditava na felicidade do Homem assente no desejo e no prazer do corpo, na filosofia e na cidadania livre e responsável. Neste sentido Aristóteles define o Estado como uma sociedade de seres iguais. Sugere a monarquia como o melhor regime porque pode exercer-se com eficácia e responsabilidade, mas Aristóteles teme que esta degenere em tirania. Menciona a aristocracia, desde que não degenere numa oligarquia e a democracia, desde que esta não degenere numa *oclocracia* (governo da multidão). Apesar deste fato, o regime mais perfeito seria o que harmonizasse estes três. O Homem só seria feliz se pudesse desenvolver e fazer uso de todas as capacidades de que dispõe. Estes fatores completam-se para proporcionar ao Homem uma vida feliz. Assim, exercer ações voluntárias seria importante para a felicidade do homem, pelo que o indivíduo deve agir livre e responsavelmente em conformidade com a razão, procurando evitar os extremos condenáveis, na busca de uma situação de equilíbrio que garanta o seu bem-estar pessoal.

Aristóteles reconheceu alguns paradoxos na noção de Liberdade: distinguiu as ações em que estão conjugadas a liberdade da vontade e a da escolha e as ações que somos obrigados a fazer, por um lado de forma involuntária (porque não o queremos fazer) e ao mesmo tempo voluntária (porque apesar de tudo decidimos fazê-lo). Se somos obrigados por alguém a fazer algo por meio de represálias, provavelmente cederemos. Aristóteles sustenta que um indivíduo só é responsável pelo seu ato, ou seja, a sua ação só será voluntária se a sua causa for interna (o agente não é compelido a agir por alguém ou algum fator externo), ou seja, os nossos atos emanam da nossa vontade e das nossas disposições ou se o seu ato não

for uma consequência da sua ignorância que o tenha levado, por escolha sua, a fazê-lo. Então nós somos responsáveis não só pelo fim que nos propomos atingir, mas ainda pela forma como agimos para atingir esse fim.

Aristóteles propõe que o indivíduo seja corajoso, moderado e generoso. Esta preocupação, aliada à justiça e amizade, permitirá o relacionamento fraternal entre homens livres, realizando-se, assim, a essência do homem enquanto animal político. Aristóteles definia um cidadão como um homem livre, sendo "(...) no sentido mais absoluto do termo, (...) o que participa no exercício da justiça e da magistratura." Em Atenas, no decurso do século V, foi instituída a democracia, um regime político que colocava o governo da polis (cidade – estado) ao alcance de todos os cidadãos, que participavam no governo do Estado, todos tinham os mesmos direitos políticos. Aristóteles viveu numa democracia, embora os cidadãos constituíssem uma minoria da sociedade ateniense. Os cidadãos de Atenas eram homens livres, maiores de dezoito anos, filhos de pais atenienses. Estavam libertos dos trabalhos penosos, refletindo sobre si mesmos e sobre o que os rodeava. A sua liberdade traduzia-se na sua participação no governo da cidade (liberdade política). Assim, os filósofos gregos demonstravam um particular interesse pela vida em sociedade, ou seja, pela política. Surge, assim, a denominação do Homem por Aristóteles como um "animal político" e, por isso, livre. Aristóteles afirma ainda que o Homem é um "ser social", pelo que sem a sociedade à sua volta, não somos verdadeiros Homens.

Denota-se a influência da sociedade ateniense na importância do prazer do corpo, da reflexão e da cidadania livre, na doutrina deste filósofo. A esta altura, os gregos revelam um grande empenho na formação dos seus cidadãos no nível intelectual, moral, físico e artístico, no desenvolvimento harmonioso do corpo e na arte da oratória, pretendendo formar homens capazes de participar na vida democrática a que estavam destinados.

3. 2 Thomas Hobbes e a noção de liberdade

Assim como muitos modernos, Hobbes pensou o estado a partir do problema da liberdade. Pode-se dizer que a sua obra de filosofia política é um ensaio sobre a liberdade: a liberdade natural; os fundamentos da liberdade do Estado- a soberania; e a liberdade civil ou a liberdade dos cidadãos. O que nos remete a comparar com a forma de liberdade à qual se encontram tantas e tão honrosas referências nas obras de história e filosofia dos antigos gregos e romanos, assim como nos escritos e discursos dos que deles receberam todo o seu

saber em matéria de política, que não é a liberdade dos indivíduos, mas a liberdade do Estado; a qual é a mesma que todo homem deveria ter, se não houvesse leis civis nem qualquer espécie de Estado. E os efeitos daí decorrentes também são os mesmos. Porque tal como entre homens sem senhor existe uma guerra perpétua de cada homem contra seu vizinho, sem que haja herança a transmitir ao filho nem a esperar do pai, nem propriedade de bens e de terras, nem segurança, mas uma plena e absoluta liberdade de cada indivíduo; assim também, nos Estados que não dependem uns dos outros, cada Estado (não cada indivíduo) tem absoluta liberdade de fazer tudo o que considerar (isto é, aquilo que o homem ou assembléia que os representa considerar) mais favorável a seus interesses.

Passando agora concretamente à verdadeira liberdade dos súditos, ou seja, quais sejam as coisas que, embora ordenadas pelo soberano, não obstante eles podem sem injustiça recusar-se a fazer, é preciso examinar quais são os direitos que transferimos no momento em que criamos um Estado. Ou então, o que é a mesma coisa, qual a liberdade que a nós mesmos negamos ao reconhecer todas as ações (sem exceção) do homem ou assembléia de quem fazemos nosso soberano.

Porque de nosso ato de submissão fazem parte tanto nossa obrigação quanto nossa liberdade, as quais, portanto devem ser inferidas por argumentos daí tirados, pois ninguém tem qualquer obrigação que não derive de algum de seus próprios atos, visto que todos os homens são por natureza, igualmente livres". (HOBBS, 1965, p. 74)

Portanto, em sentido geral, Hobbes apresenta a liberdade como à ausência de todos os impedimentos para a ação que não está contida como qualidade intrínseca na natureza do agente. Diz ele: "Liberdade, significa em sentido próprio, a ausência de oposição; e não se aplica menos às criaturas irracionais e inanimadas do que às racionais". (HOBBS, 1997, p. 171)

Dado que a soberania por instituição assenta num pacto entre cada um e todos os outros, e a soberania por aquisição em pactos entre o vencido e o vencedor, ou entre o filho e o pai, toma-se evidente que todo súdito tem liberdade em todas aquelas coisas cujo direito não pode ser transferido por um pacto. Portanto, se o soberano ordenar a alguém (mesmo que justamente condenado) que se mate, se fira ou se mutila, ou que não resista aos que o ataquem, ou que se abstenha de usar os alimentos, o ar, os medicamentos, ou qualquer outra coisa sem a qual não poderá viver esse alguém, tem ele a liberdade de desobedecer.

Hobbes frisa que se alguém for interrogado pelo soberano ou por sua autoridade,

relativamente a um crime que cometeu, não é obrigado (a não ser que receba garantia de perdão) a confessá-lo, porque ninguém pode ser obrigado por um pacto a recusar-se a si próprio.

É importante frisarmos que a ação sempre estará de acordo com a vontade, isto é, ela vela sua causa, a vontade do agente. Para Hobbes, não é possível alguém agir contra a vontade, pois o efeito segue-se da causa, a vontade mesma, que por sua vez foi engendrada em um processo de ponderação, a deliberação. Desta forma, não faz sentido a idéia de "agir forçado", ou "contra a vontade"; sempre se agirá conforme a vontade. Assim, de alguém que agiu por medo ou de alguém que agiu por bravura se dirá que agiram conforme a vontade, segundo o que pareceu-lhe aprazível. "O medo e a liberdade" são compatíveis "como quando alguém atira seus bens no mar com medo de fazer afundar seu barco, e apesar disto o faz por vontade própria, podendo recusar a fazê-lo se quiser, tratando-se da ação de alguém que é livre". (HOBBS, 1997, p. 172)

Levando-se em consideração o fato do indivíduo não agir contra a sua vontade, então, quando sob coação das leis, agir por medo da pena correlata à infração das mesmas, agirá livremente. Pois o estado sempre irá atuar junto aos seus cidadãos com o intuito de lhes influenciar, pelo seu gigantesco poder, a deliberação. Com isso, pretende que os mesmos desistam da desobediência e ajam conforme a vontade de obedecer as suas proposições, isto é, suas leis.

Não obstante essa realidade existe outra forma de liberdade defendida por Hobbes, aquela que se faz pela ausência da lei, a qual ele denominará de liberdade civil. Esta, por sua vez, advém da ausência de lei que venha a constranger a deliberação e conformar-se com a vontade. Em caso de ausência de prescrição da lei, o súdito tem a liberdade de agir ou abster-se de acordo com o seu discernimento. Esta decorre então da ausência de coerção física ou legal. É neste encontro que Hobbes se põe contra aqueles que ao defenderem o direito da soberania da coroa ao parlamento, defendiam uma idéia de liberdade civil. Esta idéia supõe um estado de liberdades preservadas pelos cidadãos e garantidas pelo estado, de tal modo, que este passa a viver sob as promessas das mesmas.

Tomando a liberdade em seu sentido próprio, como liberdade corpórea, isto é, como liberdade das cadeias e prisões, toma-se inteiramente absurdo que os homens clamem como o fazem, por uma liberdade de que tão manifestamente desfrutam. Por outro lado, entendendo a liberdade no sentido de isenção das leis, não é menos absurdo que os homens exijam como fazem aquela liberdade mediante a qual todos os outros homens podem tomar-se senhores de

suas vidas. Apesar do absurdo em que consiste, é isto que eles pedem, pois ignoram que as em poder algum para protegê-los, se não houver uma espada nas mãos de um ou homens, encarregados de pôr as leis em execução. Portanto a liberdade dos súditos está apenas naquelas coisas que, ao regular suas ações, o soberano permitiu: como a liberdade de comprar e vender, ou de outro modo realizar contratos mútuos; de cada um escolher sua residência, sua alimentação, sua profissão, e instruir seus filhos conforme achar melhor, e coisas semelhantes.

Não devemos, todavia concluir que com essa liberdade fica abolido ou limitado o poder soberano de vida e de morte. Porque já foi mostrado que nada que o soberano representante faça a um súdito pode, sob qualquer pretexto, ser propriamente chamado injustiça ou injúria. Porque cada súdito é autor de todos os atos praticados pelo soberano, de modo que a este nunca falta o direito seja ao que for, a não ser na medida em que ele próprio é súdito de Deus, e conseqüentemente obrigado a respeitar as leis de natureza. Portanto pode ocorrer, e freqüentemente ocorre nos Estados, que um súdito seja condenado à morte por ordem do poder soberano, e apesar disso nenhum deles ter feito mal ao outro.

4 A COMPREENSÃO DE LIBERDADE NA OBRA "O SER E O NADA"

4.1 - a condição primordial da ação: liberdade

Até aqui fizemos uma apreciação de maneira sucinta no que diz respeito à liberdade na concepção de Aristóteles e de Thomas Hobbes. Agora, tomaremos por base as idéias de Sartre no contexto de seu tempo para assim confrontarmos a concepção de liberdade no contexto da atualidade em que estamos inseridos.

Não falamos de liberdade em sentido formal e sim da liberdade encontrada por Sartre a partir do momento em que o homem se dá conta de que a existência precede a essência, e então que o homem existe e pronto. Que não é fruto de Deus, que o teria planejado para agir desta ou daquela maneira. Quando se propõe construir um carro o homem tem idéia daquilo que crer e o carro já o é em essência bastando então ser construído para Existir. No caso do homem Sartreano, ele *existe*. Não há a idéia de Deus criador e, portanto o homem *existe* e a partir daí, condena-se à liberdade de suas escolhas e de suas construções. O homem Vai assumir sua condição a partir daquilo que para ele é posto como sujeito.

O culto à liberdade foi bandeira em todos os esquemas políticos e ideológicos, como sendo algo sem o qual o ser humano seria incapaz de viver ou estaria de forma indelével afastado daquilo que seria o seu desejo e o seu direito mais absoluto. Do que Sartre quer fugir é da idéia de criar outro Deus para o homem que seriam os valores. Se existem valores, no fundo eles são estabelecidos a partir da liberdade e não do contrário. Ele persiste na idéia de que toda a conduta do homem seja conduzida por sua vontade de tomar esta ou aquela posição, ainda que seja uma posição pré-estabelecida. Ele cita o exemplo do serviço militar, ainda que este seja ou a escolha de uma necessidade já derivada da escolha do outro, o homem para manifestar sua liberdade vai agir de acordo com aquilo que quis.

O homem deve dar conta de sua existência e sua liberdade aparece de pronto absoluto em sua necessidade imediata de escolha, uma vez que abstraindo Deus de sua vida o homem está fadado a existir sem que desígnios ou destinos lhe sejam pré-traçados. O homem a partir do existir vai construir sua essência tendo por base sua absoluta escolha. O homem está para ser feito e sua existência parte exclusivamente daquilo que lhe falta. Uma vez que ele tem a existência por precedência ele é. E sendo, ele passa a ser condenado a escolher e escolhendo vai estabelecendo valores e fazendo o seu caminho.

Para o estabelecimento dos valores o homem vai usar-se da liberdade de existir que é

um valor supremo seu. Escolher seria o agir livremente mesmo quando acontece de termos que escolher algo como necessário.

É a liberdade, que estabelece os valores. E a liberdade somente vai existir quando incluir a razão, porque de fato é a razão que escolhe. "Não há uma liberdade pura, sem que a razão seja sua justificativa, nem existe a liberdade do acaso, porque a razão e a liberdade vão se implicar mutuamente". (JOLIVET, 1968, p. 77)

A liberdade é um ato de conduta e não um ato finalístico. Isto vai nos levar a entender o porquê de que ainda que minha escolha seja necessária, ainda assim a liberdade se manifesta como conduta. É na conduta que vai ser valorada a minha liberdade. A escolha de morrer é sempre uma escolha. A escolha de não morrer é escolher, não é o morrer ou não morrer, mas sim a conduta que vai conduzir a isto que vai determinar a existência ou não da liberdade.

O sujeito pode ser livre ao escolher aquilo que é necessário ou somente aquilo que lhe é posto. "Neste caso como poderia eu ser livre ao escolher o necessário, e não mais o ser ao visar "fins absolutos", ou seja, "valores incondicionados?" A incondicionalidade do valor não limita mais (e por certo muito menos), o exercício da liberdade do que o que assume fins absolutos (JOLIVET, 1968. p.78)

Quanto aos fins absolutos "eu posso adotá-los ou não e uma vez que o faço estou ligado e ainda assim sou livre mesmo que em obediência aos fins que vão dirigir a minha atividade, visto que a determinação não vai se transparecer como ordem física, mas, sim uma ordem moral". "Em todo o momento em que consinto com os fins no caso de uma determinação, ainda assim eu manifesto a reafirmação da escolha inicial". A liberdade não é um dado físico comparável a um temperamento ou a um objeto como a terra, a educação. É algo que se afirma na escolha pela razão.

Para Sartre, somos livres desde o começo e a liberdade não poderia ser uma conquista senão um dado. É possível afirmar que a liberdade em Sartre seria o homem sem movimento dentro de um tubo, cujos limites foram escolhas feitas anteriormente por sujeitos que fizeram suas escolhas anteriores e por isto, impuseram-lhe escolhas necessárias.

A partir da primeira escolha, todas as escolhas continuam sendo exercício de liberdade, porém não deixa de se caracterizar como condutas de liberdade, porque não é o que será e sim o que escolho que define a minha liberdade.

Então como fazer para conciliar estas idéias de um lado com a noção de liberdade sem um conteúdo formal? A liberdade do outro pode parecer como uma palavra sem sentido.

Porque cada conduta que tomássemos em relação a ela seria uma violação daquela liberdade. Ai nasce à idéia, quem sabe, de tolerância do outro, mas, tolerar seria tirar-se o livre exercício das possibilidades. Viver, e respeitar a liberdade do outro seria um comportamento de total abstenção. Neste caso, poderemos voltar à idéia de escolha necessária, onde assumo a fatalidade de um dever. Então talvez devêssemos entender o sentido da vontade para daí então compreendermos a escolha que antecede a liberdade e seu objeto. À vontade em parte é o que vai definir a escolha. Quando assumo minha existência e exerço minha liberdade e a faço através de condutas que poderão ser ativas ou passivas, que partem de um desejo de fazer ou querer algo, a vontade é o ato espontâneo que vai percorrer a razão e deliberar a conduta.

Quando outra vontade já existe, quando outra escolha antecedeu a minha, volto-me a indagar se esta vontade de agir não vai estar privada por outra liberdade. Eu não posso escolher aquilo que quero porque outra escolha me antecedeu. Sartre vai responder de forma clara a partir do conceito da escolha necessária.

Quando livremente escolho o necessário, não o escolho enquanto necessário o que seria absurdo, mas enquanto tem um sentido que justifique a minha escolha e que eu poderia recusar, recusando simplesmente a escolha e submetendo-me a necessidade. Condenado a ser livre, posso também escolher a liberdade, mas sob a condição de justificar essa escolha por outra coisa que não sua necessidade, ou seja, por exemplo, acho que a liberdade é a condição da dignidade humana. (JOLIVET, 1968, p. 82)

Aqui Sartre, vai reafirmar que a liberdade não está no objeto, ela o antecede. O exercício da liberdade passa pela vontade depois a decisão racional de escolher, e o objeto, ou seja, a escolha necessária estará em segundo plano que vai servir para definir o valor e não a liberdade. Eu posso não escolher o necessário e assim mesmo estarei escolhendo não escolher, porque a decisão irá sempre ocorrer percorrendo o exercício da liberdade.

Toda a conduta do Homem deriva da intenção ou da Vontade de Fazer isto ou aquilo, ou mesmo de não fazer. É preciso ter em mente que um conceito teórico não dá conta de definir a liberdade como algo tangível fora da conduta do homem. Sartre cita o exemplo do Homem que fumando explode uma fábrica de cigarros. Neste caso o fumante não agiu. Ele não exerceu a sua liberdade ao tocar fogo na fábrica, em princípio. Noutro caso vemos que a atividade de um trabalhador em dinamitar uma mina, é um ato fruto da vontade, porque realizava um projeto intencionalmente. Para falar de ação é importante ter em mente que a intenção deve dar conta do resultado para que isto seja manifestado como exercício de vontade.

Para descrever a Liberdade com maior precisão, é importante entender que a condição fundamental da conduta humana, ou seja, agir ou não agir, é a liberdade. O que importa para Sartre no seu conceito de liberdade é que agindo ou não o homem o faça livre e que sua conduta seja fruto da escolha. Sartre sente a necessidade de definir a liberdade com maior precisão e assim se expressa,

descrever, comumente é uma atividade de explicação visando as estruturas de uma essência singular. Mas, a liberdade não tem essência. Não está submetida a qualquer necessidade lógica. A liberdade estaria no fundamento de todas as essências ela é a essência de todas as escolhas, mesmo que sejam de escolhas necessárias. A liberdade é ter consciência clara das minhas ações, é agir de acordo com aquilo que conscientemente escolho. A liberdade é a necessidade de existir sempre para além ou na busca da minha essência. A liberdade é o ser do homem. (SARTRE, 1997, p. 541)

Não é demasiado desnecessário, mas, importante percorrer um pouco sobre o que já foi dito aqui em relação à vontade e à liberdade. Este fato vai ser irrelevante para a afirmação da liberdade porque a vontade seria apenas um meio de expressão da liberdade.

A liberdade vai transparecer em todo o fundamento da minha existência e a fundamentação dos fins que eu vou tentar alcançar. E estes fins, que vão decorrer da minha liberdade pouco importarão se são frutos da vontade ou de esforços passionais. Não se deve, entretanto opor a liberdade à vontade ou às paixões.

A liberdade nada é senão a existência de nossa vontade ou nossas paixões, na medida em que tal existência é nadificação da facticidade, ou seja, existência de um ser que é seu ser à maneira de ter-de-ser. A vontade determina-se na moldura dos móveis e fins já posicionados pelo para-si em um projeto transcendente de si mesmo rumo a seus possíveis. (SARTRE, 1997, p. 549)

Sartre não admite que outras circunstâncias suprimam a supremacia da liberdade. "Não basta querer, é necessário querer, querer" (Sartre, 1997, p. 550).

A conduta vai representar a liberdade independente das circunstâncias, mesmo aquelas onde aparentemente há uma ação involuntária, ou tida como repentina. A liberdade, de uma forma ou de outra vai aparecer sempre como uma totalidade não analisável, seja de motivos objetivos, móveis e afins, mas, nada disso vai ser entendido por Sartre como determinismo e ele não cai nesta armadilha. Para ele,

a liberdade se identifica com o Ser do Para Si: "a liberdade humana é livre na exata medida em que tem-de-ser seu próprio nada. Esse nada, como vimos, ela tem-de-sê-lo, em múltiplas dimensões." Isto tem um sentido porque não se pode deixar guiar

nunca pelo passado para fazer isto ou aquilo, de que nada existe na consciência que não seja a consciência de existir e que o homem é um ser que defini-se por seu projeto ou seja, por seu fim". (SARTRE, 1997, p. 559)

A Liberdade de Sartre não percorre contornos conceituais nem fugazes como liberdade para escolher uma roupa ou outra ou para sair ou não sair. A liberdade a que se refere Sartre está no âmbito do processo de Consciência e de Escolha. A liberdade do ponto de vista da escolha é livre se outra atitude, ou seja, se outra conduta pudesse ter sido tomada. Não passa por eu decidir se tenho ou não condições de controlar meus contingentes fisiológicos, mas, sim se quero fazer uma coisa ou outra. Liberdade para Sartre é liberdade de escolha e não de não escolher não agir, mas, nunca não escolher, porque o homem só não é escolher.

4. 2 Liberdade e responsabilidade

A responsabilidade de que nos fala, portanto, esse filósofo, nos trás um homem responsável por uma escolha feita, não apenas no interior de uma subjetividade rigorosamente individual, mas através de uma subjetividade que passa pelo outro, ou seja, através de uma intersubjetividade que leva em conta a liberdade do outro e' o compromisso com a situação por ele significada como tal e, na qual, estão imbricadas inúmeras outras consciências também ontologicamente livres, mas também imersas num plano ôntico, constituído por pessoas que estão presentes em sua temporalidade de forma concreta, carregando consigo seu caráter de alteridade, e não somente com uma existência abstrata. Logo, na moral reivindicada por Sartre, pouco importa que seja ela variável ou não, o que importa é que seja uma moral de compromisso e cujas escolhas sejam feitas em função da liberdade humana.

Tudo isso faz da responsabilidade algo cujas proporções se apresentam com um caráter infinitamente maior do que essa noção de responsabilidade que frequentemente acompanha o senso comum. A noção sartreana de responsabilidade faz do homem um ser inteiramente comprometido com o mundo no qual está inserido, pois, segundo tal noção, esse homem, ao escolher suas condutas, ao apresentar ao mundo suas ações e suas possibilidades, está apresentando a imagem do homem como ele julga que deve ser; uma imagem por ele escolhida e construída sobre valores por ele mesmo fundados e consciente ainda, de que o que é possível para ele, em sua liberdade, é possível também para todos os outros homens. Logo suas escolhas comprometem toda a humanidade e ele se toma com isso, não somente

responsável por si, mas também responsável pela humanidade inteira.

A questão da responsabilidade adquire, diante tal quadro conceitual, uma tamanha abrangência e tal relevância que seu surgimento vem acompanhado de um pesado sentimento de angústia. Uma angústia necessária que, nada mais é do que um correlato da liberdade e da responsabilidade que constituem o próprio ser da realidade humana. No' momento mesmo, em que o homem deixa cair os artifícios e as máscaras por ele criadas em seu mundo psíquico através de um comportamento de má-fé que lhe venda os olhos e, em seguida, volta-se desvendando com autenticidade a sua implacável condição de legislador, a angústia torna-se inevitável. De qualquer forma, ele pode sempre optar por uma vida autêntica, ou ainda permanecer na alienação proporcionada pela magia de seu mundo psíquico. Mas o que precisa ser considerado é que seja qual for à escolha, é a *sua* escolha, logo, é também *sua* a responsabilidade sobre as conseqüências que dela lhe advêm.

Diante da aridez que contorna tais princípios filosóficos não é de admirar que uma sociedade constituída basicamente sobre normas e princípios deterministas - sejam eles míticos, religiosos, psicológicos ou sociais - veja tal proposta como terrivelmente ameaçadora. Entretanto, se levarmos em consideração a rapidez das transformações ocorridas em nossa atualidade, se considerarmos que estamos hoje diante de um quadro social para o qual não temos ainda as ferramentas suficientes que nos permitam interpretá-lo e que nossos antigos códigos não mais esgotam a exigência de formulação de novos conceitos, ou seja, se a dimensão de uma nova ordem planetária nos exige a cada momento uma reformulação do nosso mundo de representações, talvez seja esse, o momento de admitir que exista realmente hoje um novo homem.

Não se trata de postular a existência de um Super-Homem. Trata-se do fato de que temos hoje um homem ainda desconhecido, um ser cujos valores se mostram ainda indefinidos e que, por isso mesmo, nos possibilita levantar de novo as cortinas e focalizar mais uma vez a esperança de formarmos com esse novo ser humana uma sociedade mais autêntica, mais verdadeira e mais honesta. Em suma: uma sociedade que atualize, de fato, o cenário, até então utópico, de uma ética da libertação e salvação que sempre esteve presente como um pano de fundo, apenas possível, nos dramas teatrais e filosóficos de Jean-Paul Sartre.

5 CONCLUSÃO

No momento que Sartre se esquece de Deus e a Existência toma-se pressuposto da Essência, o homem existe para ser livre e para tal deve fazer seus atos de escolha e todos os seus movimentos de conduta [ação ou omissão voluntária] são um ato de liberdade. Sartre conclui a existência do homem e sua absoluta responsabilidade pela construção do seu Ser e pela escolha do seu modo de existência ainda que seja num caminho de homens precedentes cujas escolhas antecederam aquele que vai escolher. Ainda assim, o homem é livre e este é o seu único destino.

Por isto, talvez, é que a realidade humana nunca estará acabada. A finitude humana estará sempre caminhando para o infinito nunca apresentando-se como um todo e sim como um existir contínuo permeado de vontades, escolhas, dos outros e da liberdade.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

ABBAGNANO, Nicola (1981); **História da Filosofia**, Vol I, Lisboa, Editorial Presença (p. 191-193, 232-234).

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p.37;290-297;549 677.

JOLIVET, R. **Sartre ou - Teologia do Absurdo**. São Paulo: Editora Herder, 1968. p.77-101.
Aristóteles (1965), **Ética a Nicómaco**, Paris, Gamier - Flammarion, Liv. III, IV, Cap. III e V.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1982.

ALMEIDA, Fernando José de. **Sartre: É proibido proibir**. São Paulo: FTD, 1988.

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. 10. ed. rev. introdução e tradução de Newton Aquiles. São Paulo: Centauro, 2006.

COX, Gary. **Compreender Sartre**. Tradução de Hélio Magri Filho. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. (coleção compreender)

FIGUEREDO, Vinicius de. (org). **Seis filósofos na sala de aula: para ler Platão, Maquiavel, Descartes, Voltaire, Kant, Sartre**. 2. ed. São Paulo: berlendis e vertecchia editores, 2006.

MORAIVA, Sérgio. **Sartre**. Lisboa: Edições 70, 1985. (Coleção Biblioteca Básica de Filosofia).

PENHA, João da. **O que é Existencialismo**. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos - vol. 61).

QUINTILIANO, Deise. **Sartre: philia e autobiografia**. Rio de Janeiro: DPeA, 2005.

RICCA, Luiz. **Marxismo e liberdade**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1987. (coleção filosofia)

SARTRE, Jean-Paul, **O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Existencialismo é um Humanismo**. (Coleção Os Pensadores - vol. XLV). São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973.

_____. **Crítica da Razão Dialética**. apresentação de Geraldo Bonheim. Rio de Janeiro: DPeA editora, 2002.

_____. **Saint Genet Artor e Martin**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2002.